



**Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Norte**  
Estado do Espírito Santo

**LEI Nº 032/2013**

Dispõe sobre a Estruturação e Criação dos Cargos da Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo Municipal de Bom Jesus do Norte e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Norte, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores de Bom Jesus do Norte, Estado do Espírito Santo, APROVA e ele SANCIONA a seguinte lei:

**Art. 1º** A Unidade Central de Controle Interno será composta por 01(um) Controlador Geral, 02 (dois) Diretores de Departamento e 01 (um) Auditor Interno.

**Art. 2º** Os Cargos pertencentes a Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, são de livre nomeação e exoneração por ato do Prefeito Municipal.

**Art. 3º** As categorias profissionais deverão possuir competências, habilidades e atitudes condizentes com as atribuições de coordenação do sistema de controle interno.

**Art. 4º** Ficam acrescidos ao Quadro de Pessoal do Poder Executivo os cargos em comissão constantes no Anexo I desta Lei.

§1º O Cargo de Auditor Interno já existe no quadro de pessoal do Poder executivo Municipal, em conformidade com Lei Municipal 016/2009, de 01/07/2009.

**Art. 5º** Não poderão ser designados os servidores:

I – que tiverem sofrido penalização administrativa, civil ou penal transitada em julgado;

II – que sejam filiados a partidos ou possuam atividades político-partidária;

III – que possuïrem parentesco com o Chefe do Poder Executivo, até o terceiro grau;

IV – que possuam qualquer outra circunstância que possa afetar a autonomia profissional, a segurança dos controles ou segregação de funções.



**Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Norte**  
Estado do Espírito Santo

**Art. 6º** É vedada a participação dos servidores que integram a UCCI em comissões especiais ou permanentes, e em conselhos municipais.

**Art. 7º** As nomeações para os cargos em comissão e as designações para as funções gratificadas obedecerão ao seguinte procedimento:

§ 1º Será nomeado para o exercício do cargo comissionado qualquer cidadão, seja ou não servidor público municipal, observando o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 2º Os servidores efetivos que assumirem os cargos previstos no Anexo I desta lei, poderão optar pelo valor do cargo em comissão ou 50% (cinquenta por cento) de gratificação de função do cargo em comissão.

**Art. 8º** Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizadas dotações orçamentárias próprias, fixada anualmente no Orçamento Fiscal do Município.

**Art. 9º** Os novos cargos criados terão suas atribuições definidas conforme Anexo II desta Lei.

**Art. 10º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, notadamente o que dispõe a Lei Municipal nº 007/2012, de 27 de Março de 2012.

Gabinete do Prefeito, 27 de setembro de 2013.

  
Ubaldo Martins de Souza  
Prefeito Municipal